



AGENDA LEGISLATIVA

20 A 24 DE MAIO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segunda-feira (20/5)

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Centro Cultural da Câmara Municipal de Salvador/BA, 09h00

Audiência Pública - Tema: Contexto político e legislativo dos trabalhadores por Plataforma.

Convidados:

- Lucas Ramos, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Trabalho;
- Léo Prates, Deputado Federal;
- Daniel Almeida, Deputado Federal;
- Flávia Morais, Deputada Federal;
- Vicentinho, Deputado Federal;
- Clodoaldo Magalhães, Deputado Federal;
- Fabrizio Muller, secretário Municipal de Mobilidade de Salvador/BA;
- Maurício Ferreira Brito, Procurador - Chefe do Ministério Público do Trabalho da Bahia/BA;
- Josias Guedes, Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos Cadastrados em Aplicativos - Sincaap-BA;
- Átila do Congo, Representante do Sindicato dos Motoristas por Aplicativos e Condutores de Cooperativas do Estado da Bahia /BA.

Terça-feira (21/5)

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 12, 10h00

Audiência Pública - Finalidade: Adoção da bula digital de medicamentos (Lei 14.338/22).

Convidados:

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde;
- Walter Jorge João, presidente do Conselho Federal de Farmácia;
- Fábio José Basílio, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos;
- Ethel Leonor Noia Maciel, secretária de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; e
- Julião Flaves Gaúna, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

REQ 12/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o PDL 368/2022 e seus apensados, bem como a censura e os banimentos que se instalaram em época eleitoral e foram postergados indefinidamente, conforme recente escândalo conhecido como "Twitter Files", segregando e banindo Parlamentares das mídias e espaços públicos digitais através de procedimentos inquisitoriais, sigilosos e sem direito ou acesso à defesa. Item nº 2.

Autor: José Medeiros (PL/MT)

PL 8450/2017 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço. Item nº 5.

Relator: Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências. Item nº 11.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

PLP 35/2023 - Dispõe sobre isenção dos tributos federais compreendidos no Simples Nacional para microempresas com receita bruta anual de até R\$ 96.000,00 Item nº 4.

Autor: José Medeiros (PL/MT)

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Jorge Goetten (PL-SC), pela aprovação.

PLP 228/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir que a opção pelo Simples Nacional possa ocorrer nos meses de janeiro e de julho de cada ano. Item nº 5.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relator: Vitor Lippi (PSDB/SP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Vitor Lippi (PSDB-SP), pela aprovação, com substitutivo.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 15h00

PL 120/2022 - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer a obrigatoriedade de os órgãos e entidades públicas exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto de contratos administrativos seja constituído por pessoas nas situações especificadas. Item nº 3.

Explicação: obriga os órgãos e entidades públicas a exigirem em suas respectivas contratações o percentual mínimo de 20% de mão de obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, oriundos ou egressos do sistema prisional e pessoas com idade igual ou superior a 50 anos.

Autor: Ely Santos (REP/SP)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação deste, do PL 371/2023, e do PL 1807/2023, apensados, com substitutivo.

Quarta-feira (22/5)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h00

Audiência Pública - Tema: A CCTI na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Convidados:

- Anderson Stevens Leonidas Gomes, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Secretário-Geral Adjunto da Comissão Executiva da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (V CNCTI);
- Celso Pansera, Diretor-Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- Margarete Maria Gandini, Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- Rafael Ramalho Dubeux, secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda;
- Richard Stephan, Professor titular do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ);
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Ministério da Educação;
- Ricardo Magnus Osório Galvão, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Dalila Andrade Oliveira, diretora de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq;

- Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei);
- Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Vinícius Soares, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); e
- Mobilização Empresarial pela Inovação da Confederação Nacional da Indústria (MEI/CNI).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 09h00

Reunião de comparecimento de ministro - Tema: Comparecimento do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Convidado:

- Fernando Haddad, ministro de Estado do Ministério da Fazenda.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

PL 10575/2018 - Altera o art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para possibilitar a equiparação salarial entre empregados independentemente no cargo ou na função. Item nº 4.

Autor: Patrus Ananias (PT/MG)

Relator: Bohn Gass (PT/RS)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Bohn Gass (PT-RS), pela aprovação.

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Item nº 5.

Explicação: revoga artigos já derogados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para melhor adequação legal

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Ossesio Silva (REP/PE)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Ossesio Silva (REP/PE), pela aprovação, com emenda.

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 16, 13h00

PL 5678/2023 - Acrescenta parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir acesso a plataforma digital de assistência à saúde e social à pessoa idosa, e dá outras providências. Item nº 3.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Nely Aquino (PODE/MG)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Nely Aquino (PODE-MG), pela aprovação, com substitutivo.

SUBAPOST - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE REGULAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS / Anexo II, Plenário 04, 13h00

Reunião de Instalação e Eleição - Tema: Instalação e eleição do presidente

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 13h30

PL 5756/2023 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), criando o vestiário feminino para empresas acima de 50 (cinquenta) funcionários para resguardar a privacidade e bem-estar das Mulheres. Item nº 11.

Autor: Ely Santos (REP/SP)

Relator: Yandra Moura (UNIÃO/SE)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Yandra Moura (UNIÃO-SE), pela aprovação.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 15h30

Seminário - Tema: Fomentando a presença feminina nas plataformas digitais

Convidados:

- Patrícia Muratori, Diretora do YouTube na América Latina; e
- Catarina Alencastro, Gerente de Parcerias Estratégicas do YouTube.

Quinta-feira (23/5)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 08h00

PL 4412/2021 - Institui a Semana Nacional da Empresa Júnior. Item nº 16.

Autor: Jayme Campos

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

SENADO FEDERAL**PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal****Terça-feira (21/05), 14h**

PL 6233/2023 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros; e dá outras providências. Item nº 1.

Autor: Presidência da República

Relator: Pendente

Parecer: Pendente

Terça-feira (21/05)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PL 6012/2023 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes. Item nº 10.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 454/2022 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais. Item nº 1.

Explicação: determina que o Poder Público é autorizado a compartilhar os dados e microdados do Censo Escolar e do ENEM

Autor: Tiago Mitraud

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

Parecer: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta

CREDC - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 02, 14h00

Audiência Pública - Finalidade: Proposta de Plano de Trabalho Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança.

Quarta-feira (22/05)

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 09h00

PL 2481/2022 - Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo). Item nº 1.

Explicação: entre outros, estabelece os princípios que a administração pública deverá obedecer. Além disso, fica determinado que os processos administrativos devem ser, preferencialmente, conduzidos por meio eletrônico. Outro ponto trazido é a extensão das decisões, quando for proferida decisão em um processo administrativo, ela pode ser estendida

para casos similares, podendo autoridade competente, após manifestação de órgão jurídico, atribuir-lhe eficácia vinculante e normativa.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

PL 2483/2022 - Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências. Item nº 2.

Explicação: entre outros, disciplina o processo administrativo tributário para atualizá-lo e sistematizá-lo. Além disso, segundo justificção, busca-se promover maior integração entre as instâncias administrativas e judiciais. Além disso, são regulamentados os direitos antidumping e a cobrança de créditos tributários exigíveis pela União.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais.

PL 2484/2022 - Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal. Item nº 3.

Explicação: entre outros, disciplina o processo administrativo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária e aduaneira relativa aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. A consulta tributária consiste no procedimento administrativo gratuito destinado à resolução de dúvidas dos contribuintes e fixação de interpretação e aplicação da legislação tributária e legislação aduaneira. Um dos pontos que o projeto visa alterar é a existência de prazo de 360 dias para a autoridade administrativa proferir decisão, considerado extenso na justificativa do projeto.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela prejudicialidade

PL 2485/2022 - Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências. Item nº 4.

Explicação: Dentre os diversos aspectos do anteprojeto, destacam-se os seguintes: (i) a mediação será cabível em âmbito administrativo e judicial como meio de prevenção consensual de conflitos entre o sujeito passivo e a União; (ii) a mediação será exercida por pessoas internas e/ou externas à administração pública, ressalvando que eventuais responsabilizações dos mediadores internos somente responderão por dolo ou fraude pelos seus órgãos correccionais ou disciplinares; e (iii) a habilitação dos mediadores será realizada pelo Ministério da Economia. Nesse sentido, para ser mediador interno, o auditor fiscal da Receita Federal e o procurador da Fazenda Nacional deverão estar em exercício há mais de 10 anos e, para ser mediador externo, ter realizado curso de qualificação reconhecido para tal exercício.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela prejudicialidade.

PL 2486/2022 - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira. Item nº 5.

Explicação: Dentre os diversos pontos do anteprojeto, destacam-se as seguintes previsões: a assinatura do compromisso arbitral interrompe a prescrição, para todos os efeitos; as custas e as despesas relativas ao procedimento arbitral, inclusive aquelas atinentes aos honorários arbitrais, serão antecipadas pelo sujeito passivo e, quando for o caso, restituídas conforme deliberação final na instância arbitral; no procedimento arbitral, deverão ser observados os seguintes prazos: (i) prazo mínimo de 60 dias úteis para a resposta às alegações iniciais: nos casos que envolvam controvérsia exclusivamente de direito, o representante da Fazenda Pública, por ocasião da assinatura do compromisso arbitral, poderá informar antecipadamente sua anuência com a redução, pela metade, do prazo para resposta; (ii) prazo máximo de 12 meses para a apresentação da sentença arbitral, contado da data de celebração do compromisso arbitral: o prazo para sentença poderá ser prorrogado uma vez, desde que seja estabelecido acordo entre as partes e que o período não exceda 24 meses; a atuação como árbitro em matéria tributária e aduaneira é considerada exercício de função pública para os fins do art. 327 do Código Penal.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

PL 2488/2022 - Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das

Explicação: entre outros, rege a cobrança de dívida ativa dos entes federados. Além disso, ficam acrescentados na dívida ativa da Fazenda Pública os valores pagos pela Administração Pública em excesso ou indevidamente a título de remuneração ou de pagamento de benefícios de qualquer natureza, inclusive os previdenciários e assistenciais, desde que regularmente constituídos. Dentre outros, ficam disciplinados: i) a expropriação dos bens ou valores bloqueados; ii) a cobrança judicial da dívida ativa; iii) a impugnação administrativa ao bloqueio extrajudicial; iv) os procedimentos para averbação de bloqueio extrajudicial; v) pedido de revisão de dívida.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo

PLP 124/2022 - Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária. Item nº 9.

Explicação: dentre outros, altera o Código Tributário e fica estabelecido que as penalidades em decorrência do descumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias devem observar o princípio da razoabilidade. Além disso, fica estabelecido que a multa não poderá exceder o valor do próprio tributo lançado.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo

PLP 125/2022 - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes. Item nº 10.

Explicação: dentre outros, institui o Código de Defesa dos Contribuintes para estabelecer normas gerais sobre os direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica do contribuinte com a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Destacam-se alguns dos direitos dos contribuintes estabelecidos: i) receber explicações claras sobre a legislação tributária e os procedimentos necessários ao atendimento de suas obrigações; ii) ser tratado com respeito e urbanidade pelos representantes da Fazenda Pública, mediante formas de comunicação claras, simples e facilmente compreensíveis; iii) ter a oportunidade de fazer-se assistir por advogado nos processos administrativos, notadamente nos procedimentos de fiscalização; iv) ter seus processos decididos em prazo razoável;

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h00

PL 4400/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social. Item nº 2.

Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

Parecer: Pela aprovação com emendas

PL 651/2022 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Item nº 3.

Explicação: acrescenta ao Código Penal a tipificação de condutas criminosas de pessoas que agem através da internet para extorquir o usuário mediante sequestro de sua conta em redes sociais, além daqueles que invadem as redes sociais de um usuário fazendo se passar por ele para aplicar golpes em seus seguidores.

Autor: Mecias de Jesus (REP/RR)

Relator: Portinho (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo